



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DO PREFEITO



PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020
REF. CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020.

**CARTA CONTRATO Nº 58/2020 PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE
ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA
DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN
CONSTANT/AM QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN
CONSTANT/AM E O SR (A). Mindrane Pedro
Aiambo.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 04.243.978/0001-35, estabelecida na Rua Frei Ludovico, 750 Coimbra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DAVID NUNES BEMERGUY**, brasileiro, solteiro, Agente Público desta Municipalidade, inscrito no CPF sob o nº 320.765.412-68 e C.I: 0872061-4 SSP/AM, nomeado pelo Termo de Posse, publicado no dia 01 de janeiro de 2017, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Santos Dumont, 295 - Cohabam nesta Cidade de Benjamin Constant/AM, adiante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADO: Mindrane Pedro Aiambo, inscrito(a) no CPF sob o nº. 025.836.692-30, portador(a) do RG nº 28748450, residente e domiciliado na Zona Rural, CEP 69.630-000, Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, doravante denominado (a) simplesmente **CONTRATADO**.

Pelo presente instrumento de contrato administrativa, vinculado ao Edital de Credenciamento Público nº. 001/2020, têm entre si, justo e contratado as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato tem por finalidade a contratação de **serviços de transporte escolar, para atendimento da demanda dos alunos do Ensino Infantil e Fundamental no Município de Benjamin Constant/AM.**

Parágrafo único. Eventual execução de serviços não discriminados acima, além de ser passível de aplicação das penalidades previstas neste contrato, serão de integral, absoluta e irrestrita responsabilidade da CONTRATADA, eximindo por completo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A CONTRATADA se compromete a prestar **pessoalmente**, de acordo com as condições impostas no Edital de Credenciamento Público, e seus anexos, assim como consoante as demais obrigações estabelecidas neste ajuste, **os serviços objeto deste contrato**, sendo vedada a terceirização, a qualquer pretexto, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

I - São obrigações da CONTRATADA:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DO PREFEITO



- a) Limitar-se ao atendimento das finalidades especificadas neste Edital, conforme previsto no Projeto Básico (Anexo A);
- b) Cumprir todas as exigências previstas no Edital, e seus anexos, e neste Contrato;
- c) Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à execução do objeto deste Contrato com exceção dos custos envolvendo transporte, alimentação e hospedagem, caso sejam necessários em razão da execução dos serviços;
- d) Responsabilizar-se pela boa qualidade de execução dos serviços, durante todo o prazo de vigência do Contrato;
- e) Obrigar-se a reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, aos usuários dos serviços ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento por esta municipalidade;
- g) Proporcionar aos fiscais da Prefeitura total liberdade para o pleno exercício de suas funções, devendo atender de imediato, às exigências por eles impostas, ou se vier a discordar, interpor petições solicitando/requerendo modificações na metodologia de trabalho;
- h) Permitir e facilitar a supervisão pela Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM da execução dos serviços constantes do objeto deste Contrato;
- i) Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- j) Informar à CONTRATANTE, com a devida antecedência, por escrito, caso necessite interromper temporariamente a prestação dos serviços por qualquer motivo, esclarecendo o período de interrupção previsto, devendo, dita justificativa, ter a aquiescência, por escrito, da CONTRATANTE;
- k) Comunicar qualquer alteração em seus dados cadastrais no prazo máximo de 10 (dez) dias após sua efetivação;
- l) Não se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, nem tampouco promover a terceirização dos serviços objeto do presente contrato;
- m) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração em seu endereço residencial que importe em mudança de domicílio, assim como qualquer situação impeditiva ou prejudicial à execução dos serviços, detectadas durante a vigência do contrato;

II - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Avaliar os serviços prestados pelo Contratado, verificando se os mesmos estão de acordo com os termos especificados neste Edital, no Projeto Básico e neste ajuste;
- b) Auditar as faturas apresentadas;
- c) Promover, através de seu fiscal ou representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicando ao Contratado as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do mesmo;
- d) Efetuar o pagamento dos serviços executados pelo Contratado, de acordo com os valores fixados pela Administração Pública em relação às rotas objeto deste contrato;
- e) Divulgar e orientar seus usuários sobre os serviços prestados pelo CONTRATADO, bem como os critérios de pesquisa;
- f) Orientar a CONTRATADA, por escrito, a respeito de qualquer alteração nas normas internas, técnicas ou administrativas, que possam ter reflexo no relacionamento das partes;
- g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços.

Parágrafo único. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar ou sustar a prestação de serviço que julgar inadequado, comunicando e esclarecendo a razão de tal atitude a CONTRATADA, por



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DO PREFEITO



escrito, e concedendo-lhe o direito de defesa prévia, no prazo de cinco dias corridos a partir da data de notificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Obriga-se a CONTRATANTE a pagar à CONTRATADA as despesas decorrentes do presente contrato, no valor mensal de **R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)**, fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

A fatura dos serviços prestados pela CONTRATADA será apresentada à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, acompanhada de relatório dos serviços realizados.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATANTE procederá à análise da fatura e efetuará o pagamento da mesma até 30 dias após o recebimento, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA no Banco Bradesco; Agência **736**; Conta Corrente nº **204374**.

Parágrafo Segundo. O prazo máximo para apresentação da fatura é de no máximo 15 (quinze) dias após o término do mês referente aos serviços executados, após o que, não será mais aceita pela CONTRATANTE, não cabendo recurso visando à análise da fatura e respectivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DIRETA ÀS FAMÍLIAS OBJETO DAS PESQUISAS

O CONTRATADO não poderá, sob qualquer pretexto, realizar cobrança de valores aos estudantes transportados, ou solicitação de qualquer outro tipo de benefício direto ou indireto, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato só poderá ser alterado mediante acordo entre as partes, por termo aditivo.

Parágrafo único. A CONTRATANTE se compromete a orientar formalmente o CONTRATADO acerca de qualquer alteração de suas Normas Internas, técnicas ou administrativas, que possam interferir no relacionamento entre as partes ou no objeto da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO

A prestação dos Serviços referidos neste contrato e a remuneração devida são regidas pelas disposições da lei nº 8.666/93 e demais diretrizes legais inerentes, fundamentando-se no procedimento licitatório modalidade **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020 - Credenciamento Público nº 001/2020**.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de **10 (dez) meses** prorrogáveis por igual período (lei nº 8.666/93 art. 57 – Inciso II), a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do CONTRATANTE, e formalizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

A inobservância de qualquer Cláusula do presente instrumento, excetuando-se as questões envolvendo caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas pelo CONTRATADO, imporá o pagamento de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DO PREFEITO



multa de 10 % (dez por cento) sobre a média do valor apresentado das últimas 06 (seis) faturas, sem qualquer prejuízo das perdas e danos eventualmente ocorridos e demais penalidades cabíveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas Cláusulas e condições, independentemente de interpelações judiciais ou extrajudiciais, bem como pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que impossibilite o seu prosseguimento, resilido por mútuo consentimento ou por uma das partes, com aviso prévio mínimo de trinta dias, tendo em vista os objetivos deste instrumento, tudo de acordo com o disposto na Seção V que abrange os artigos 77 a 80 – Da Inexecução e Da Rescisão dos Contratos – da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

Parágrafo Primeiro: Não haverá direito à indenização de qualquer natureza, ressalvado o direito das partes de receber o que lhes for devido, em razão da prestação dos serviços até o dia da rescisão.

Parágrafo Segundo: A notificação de rescisão acima citada não exime o CONTRATADO da prestação dos serviços nos casos de urgência/emergência, assim como não isenta a CONTRATANTE do pagamento devido.

Parágrafo Terceiro: Após o encerramento do presente contrato, o CONTRATADO terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar a cobrança dos valores devidos em razão da prestação dos serviços.

Parágrafo Quarto: O CONTRATO poderá ser denunciada por qualquer das partes nas seguintes ocorrências:

- a) Quando houver paralisação dos serviços pelo CONTRATADO sem justa causa ou prévia comunicação à CONTRATANTE ou em desrespeito à legislação vigente e/ou ao presente instrumento contratual;
- b) Quando forem constatadas e documentadas infrações às normas estipuladas no presente ajuste e nos demais documentos que integram este processo de credenciamento;
- c) Quando as partes praticarem fraude ou dolo, devidamente comprovados;
- d) Quando o CONTRATADO colocar qualquer impedimento ou embaraço à realização dos serviços objeto deste ajuste, necessários ao resguardo dos interesses do CONTRATANTE ou de seus beneficiários;
- e) Quando o CONTRATANTE constatar problemas de ordem técnica e/ou administrativa na prestação dos serviços pelo CONTRATADO, que prejudiquem o próprio interesse público que respalda o objeto do presente ajuste;
- f) O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- g) Contumácia no atraso de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE que, somados, importem em impuntualidade superior a sessenta dias;
- h) O número reduzido dos serviços prestados, que demonstrem a desnecessidade dos serviços objeto deste ajuste;
- i) A transferência total ou parcial da execução do objeto do presente ajuste, a subcontratação do objeto contratual, a associação com outrem, a cisão, a fusão ou incorporação que afete a boa execução deste contrato, sem prévia anuência da contratante;
- j) paralisação temporária dos serviços sem prévia comunicação de 30 (trinta) dias à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários, necessários à presente contratação, deverão ser utilizados da programação destinada à Ação:

Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DO PREFEITO



Proj./Atividade: 12.361.0004.2017.0000 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa: 3.3.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção

Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Educação.

Proj./Atividade: 12.365.0003.2023.0000 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar do Ensino Infantil

Elemento da Despesa: 3.3.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Benjamin Constant/AM, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas, omissões e solucionar conflitos que porventura surjam na execução deste instrumento contratual, que não puderam ser resolvidas de forma amigável.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual forma e teor para um só efeito legal, o qual após lido e achado conforme, segue.

Benjamin Constant/AM, 20 de fevereiro de 2020.

DAVID NUNES BEMERGUY

Prefeito Municipal
Contratante

MINDRANE PEDRO AIAMBO

CPF nº 025.836.692-30
Credenciado Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:	Assinatura:
Nome	Nome
RG	RG